

**ATA NÚMERO 356/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, para apresentação do respetivo plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.
2. Apreciação e votação da ata n.º 355, referente à reunião de 11 de fevereiro.
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 264/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta Lei n.º 278/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).
5. Deliberação, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas (republicada pela Lei n.º 43/2014, de 11 de julho) e do n.º 2 do artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República, sobre o pedido de retificação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2015.
6. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo BE, para a audição, com carácter de urgência, do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, no âmbito do esquema de fuga ao fisco e ocultação de dinheiro promovido pelo HSBC Private Bank.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

7. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo PCP, para a audição da Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e do Ministro de Estado e das Finanças do XVIII Governo Constitucional, Fernando Teixeira dos Santos, sobre o caso conhecido como SwissLeaks.
  8. Apreciação e votação do relatório, solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a Petição n.º 453/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Cátia Sofia da Silva Marques Rodrigues - Em defesa dos serviços públicos em Sines (Tribunal, Serviço de Finanças e Centro de Saúde).  
Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).
  9. Distribuição de iniciativas europeias.
  10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.
  11. Deliberação sobre as questões suscitadas pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, referentes ao decreto resultante da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.<sup>a</sup> -Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.
  12. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo BE, para a Audição da Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, na sequência do acordo extrajudicial no qual o Europarque é entregue ao Estado depois do Estado ter assumido as dívidas bancárias dos privados.
  13. Outros assuntos.
-

**1. Audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, para apresentação do respetivo plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.**

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos, acolhendo o senhor Presidente da Autoridade da Concorrência, aos membros do Conselho e demais membros da equipa, enquadrando de seguida a audição nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) efetuou uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, questionando qual a Comissão competente para realizar a audição em apreço, atento o regime jurídico da concorrência, estabelecido na Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e os estatutos da Autoridade da Concorrência, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto). O Senhor Presidente da COFAP deu nota do diálogo havido com o Senhor Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre esta matéria e o consenso quanto à repartição de competências entre as duas Comissões, informando ainda os Senhores Deputados que fora apreciada a possibilidade de a presente audição se realizar em reunião conjunta das duas Comissões, tendo a CEOP entendido não o fazer. Registou, contudo, a chamada de atenção, legítima, por parte do Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), com vista à importância de a audição na COFAP se concentrar em questões de matéria financeira, o que mereceu o consenso.

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência para apresentação do plano de atividades para 2015 e a a a programação do seu desenvolvimento.

O Senhor Presidente da COFAP agradeceu a intervenção inicial efetuada, bem como a apresentação, após o que deu início ao debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Ivo Oliveira (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Senhor Presidente da AdC respondido, individualmente, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da COFAP agradeceu as informações e os esclarecimentos prestados pelo Presidente da AdC, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a documentação e a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

A Comissão deliberou, de seguida, apreciar de imediato o ponto 4 da Ordem do Dia, atento o seu agendamento para a Sessão Plenária dessa tarde, e remeter os restantes pontos para apreciação no retomar dos trabalhos após o final do Plenário.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta Lei n.º 278/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) –  
Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária  
sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de  
dezembro.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 2781/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), dando nota do seu teor e suscitando uma questão quanto ao título da iniciativa.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD), que saudou o autor do parecer e considerou, quanto à questão suscitada, que esta poderia ser apreciada posteriormente. Efetuou, adicionalmente, algumas sugestões de redação, aceites pelo autor do parecer, após o que, não se registando intervenções adicionais, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade.

Os trabalhos foram, de seguida, interrompidos, tendo sido retomados após o final da Sessão Plenária, com vista à apreciação dos restantes pontos da Ordem do Dia.

**2. Apreciação e votação da ata n.º 355, referente à reunião de 11 de fevereiro.**

A [ata n.º 355](#), referente à reunião de 11 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade.

**3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 264/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Transpõe as  
Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril  
de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do  
Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime  
Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do  
Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos**

**Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.**

Atenta a complexidade do diploma em apreço e a receção tardia da informação referente à redação final da [Proposta de Lei n.º 264/XII/4.ª \(GOV\)](#), foi consensualizado agendar para 20 de fevereiro uma reunião da Comissão para fixar a redação final em apreço.

- 5. Deliberação, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas (republicada pela Lei n.º 43/2014, de 11 de julho) e do n.º 2 do artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República, sobre o pedido de retificação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2015.**

A Comissão deliberou, por unanimidade dos Grupos Parlamentares, de acordo com o estatuído no artigo 5.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, alterada pelas leis n.º 2/2005, de 24 de janeiro, 26/2006, de 30 de junho, e 42/2007, de 24 de agosto, dar o acordo ao pedido do Governo de retificação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento do Estado para 2015, publicada no Diário da República n.º 252/2014, 1.º Suplemento, 1.ª Série, de 31 de dezembro.

- 6. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo BE, para a audição, com caráter de urgência, do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, no âmbito do esquema de fuga ao fisco e ocultação de dinheiro promovido pelo HSBC Private Bank.**
- 7. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo PCP, para a audição da Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e do Ministro de Estado e das Finanças do XVIII Governo Constitucional, Fernando Teixeira dos Santos, sobre o caso conhecido como SwissLeaks.**

Os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Paulo Sá (PCP) apresentaram os respetivos requerimentos, dando conta do seu fundamento.

Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), dando conta da não oposição do PSD aos requerimentos em apreço, considerando apenas que, quanto ao membro do (atual) Governo, deveria ser este a decidir o melhor modo de se fazer representar. De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

subscreveu a intervenção anterior. O Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS) interveio igualmente, manifestando o seu acordo com os requerimentos. Houve, nestes termos, unanimidade na aprovação dos Requerimentos, e consenso quanto à decisão do Governo sobre o melhor modo de estar representado na audição.

**8. Apreciação e votação do relatório, solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a Petição n.º 453/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Cátia Sofia da Silva Marques Rodrigues - Em defesa dos serviços públicos em Sines (Tribunal, Serviço de Finanças e Centro de Saúde).**

**Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).**

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 453/XII/4.<sup>a</sup>](#), recordando a competência da 1.<sup>a</sup> Comissão nesta matéria. Em sede de debate, a relatora foi saudada pelos Grupos Parlamentares, tendo o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) recordado a existência de pronúncia do Governo sobre outras petições, conexas com a petição em apreço, ao que a relatora recordou terem sido colocadas questões sobre a situação específica do Serviço de Finanças de Sines. Não havendo intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade.

**9. Distribuição de iniciativas europeias.**

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias remetido à Comissão.

**10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.**

A Comissão analisou o ponto de situação das auditorias determinadas ao Governo e solicitadas ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, e os prazos em curso, de acordo com o n.º 5 da mesma norma.

O Senhor Presidente recordou, ainda, a prática habitualmente seguida na Comissão para efeitos de escolha das auditorias, sendo acordado agendar novamente o presente ponto em momento posterior.

- 11. Deliberação sobre as questões suscitadas pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, referentes ao decreto resultante da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.<sup>a</sup> - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.**

O Senhor Presidente recordou as questões suscitadas pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, referentes ao decreto resultante da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.<sup>a</sup>, considerando positiva a diligência da INCM em suscitar as dúvidas ao órgão legislador.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) interveio para dar nota do acordo do Grupo Parlamentar do PSD com todas as sugestões, com exceção da sexta. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) manifestou reservas quanto à alteração de um texto já promulgado, ainda que para correção de meros lapsos. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), por seu turno, recordou que os problemas de redação têm vindo a tornar-se recorrentes e deveriam fazer refletir os Grupos Parlamentares da maioria.

O Senhor Presidente propôs dar nota a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República da não oposição da Comissão sobre as questões suscitadas (com exceção da sexta questão) e das reservas quanto à alteração de um texto já promulgado, o que mereceu a anuência de todos os Grupos Parlamentares.

- 12. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo BE, para a Audição da Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, na sequência do acordo extrajudicial no qual o Europarque é entregue ao Estado depois do Estado ter assumido as dívidas bancárias dos privados.**

A apreciação do presente ponto de Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a semana seguinte.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**13. Outros assuntos.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) indagou sobre se já havia chegado a resposta do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento às questões colocadas no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado de 2013, tendo solicitado a reiteração do pedido atenta a ausência de resposta.

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Vera Rodrigues  
Ivo Oliveira  
Lídia Bulcão  
Maria José Moreno  
Michael Seufert  
Nuno Serra  
Pedro Pimpão  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba  
José de Matos Rosa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco  
Isabel Santos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Vieira da Silva